

Reflexões acerca do conceito de *economia moral*: (Re)pensando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Reflections about the concept of moral economy: (Re)thinking
the Brazilian Landless Rural Workers Movement

Caroline Gonzaga*

RESUMO: O conceito de economia moral é utilizado quando pesquisadores descrevem relações “econômicas” que são reguladas segundo normas não monetárias: normas estas que existem como costumes e usos até serem ameaçadas pelas racionalizações monetárias e adquirirem uma autoconsciência de ser uma “economia moral”. Assim sendo, a economia moral é uma resistência à economia do “livre mercado”. A ética de subsistência, as reciprocidades, o direito de viver, os laços de dependência e o senso de justiça permeiam as relações recíprocas nas comunidades camponesas e são alguns dos elementos que compõem sua economia moral. Destaca-se ainda que, quando os camponeses se rebelam contra os proprietários de terras, não o fazem apenas porque seus recursos são escassos, mas também porque padrões e direitos não foram respeitados. Nesse sentido não se pode pensar apenas em uma economia onde o mercado impõe sua lei, é necessário atentar para a economia moral onde outras formas de troca são possíveis. Considerando os apontamentos acima, o presente artigo tem como objetivo realizar uma reflexão sobre a economia moral do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), buscando compreender como as ocupações de terras realizadas por esse movimento não visam apenas uma lógica capitalista da procura por lucro, mas também representam uma economia moral, pautada em direitos e costumes tradicionais.

Palavras-chave: Economia moral; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; História Rural.

ABSTRACT: *The concept of moral economy is utilized when researchers describe “economic” relations that are regulated by non-monetary norms: norms that exist as customs and uses until being threatened by the monetary rationalizations and acquiring an auto conscience of being a “moral economy”. Therefore, the moral economy is a resistance to the “free market” economy. The ethic of subsistence, the reciprocities, the right to live, the bonds of dependency and the sense of justice permeate the reciprocal relations in the peasant communities and are some of the elements that compose their moral economy. We also emphasize that, when the peasants rebel against the landlords, they do not do it only because their resources are scarce, but because standards and rights were not respected. In this sense, it is not possible to think only about an economy where the market imposes its law, it is necessary to pay attention to the moral economy where other forms of exchange are possible. Considering these points, this article in-*

* Doutoranda em História na Universidade Federal do Paraná, na linha de pesquisa Intersubjetividade e Pluralidade: Reflexão e Sentimento na História. Email: carolinegloeden@gmail.com Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2763-5896>

tends to realize a reflection about the moral economy in the Brazilian Landless Rural Workers Movement (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, or MST, in Brazilian Portuguese), seeking to understand how the land occupations carried out by this movement do not just aim at a capitalist logic of profit search, but also represent a moral economy, based on traditional rights and costumes.

Keywords: Moral Economy; Brazilian Landless Rural Workers Movement; Agrarian History.

Introdução

De qualquer forma, se eu realmente fui o pai da expressão “economia moral” no discurso acadêmico corrente, o termo a muito tempo esqueceu a sua filiação. Não o renego, mas ele já atingiu sua maioridade, e não sou mais responsável por suas ações. Será interessante ver como isso vai continuar (THOMPSON, 1998, p. 266).

O conceito de economia moral ganhou notoriedade quando Edward Thompson escreveu seu trabalho *A economia moral da multidão inglesa no século XVIII*. Publicado pela primeira vez na revista *Past and Present*, em 1971, o artigo produzido por Thompson passou a ser debatido por vários campos de estudo especializado. Segundo o próprio autor “a tese foi muito discutida, criticada e desenvolvida, e em alguns pontos ultrapassada pelas investigações subsequentes” (THOMPSON, 1998, p. 9). Devido esse grande número de discussões, críticas e apropriações do termo Thompson também escreveu, em 1993, *Economia moral revisitada* com o intuito de esclarecer e responder alguns pesquisadores que se utilizaram desse conceito.

De acordo com Michael Merrill (2014, p. 314), Thompson já havia desenvolvido brevemente a ideia de “economia moral paternalista” em *A formação da classe operária inglesa*, onde discutiu os valores das *mobs* inglesas que fizeram motins e rebeliões a fim de proteger seu padrão de vida. Nesse estudo Thompson constatou que se a fome fosse a maior causa de perturbações sociais teriam acontecido muitos mais motins na história.

Didier Fassin (2019, p. 30-32) aponta que a economia moral aparece quando Thompson, durante sua investigação, se opõe à abordagem materialista – que é baseada em séries de preços e salários – e procura entender as realidades sociais da exploração. Para tal compreensão o historiador deve explicar a experiência vivida pelos pobres e não apenas destacar as suas condições materiais, sendo necessário admitir que, apesar das condições econômicas serem necessárias para que ajam protestos entre a classe trabalhadora, os tumultos que se seguem não são apenas uma reação ao estímulo da fome.

Apesar de Thompson pontuar que a economia moral tenha sido aplicada para trabalhar os motins da fome na Inglaterra do século XVIII, chamando inclusive de estúpido o leitor que supusesse se tratar de todos os tipos de multidão, o autor acredita que se o uso desse termo pode ajudar os historiadores ele deve ser utilizado.

Considerando as ponderações de Thompson, Merrill e Fassin o presente artigo tem como objetivo realizar uma reflexão a respeito da economia moral do campesinato, mais especificamente da economia moral do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Busca-se também compreender de que forma as ocupações de terras realizadas por esse movimento não visam apenas uma lógica capitalista da procura por lucro, mas também representam uma economia moral, pautada em direitos e costumes tradicionais.

O surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Segundo Maria da Glória Gohn (1997, p. 174), os estudos marxistas contemporâneos destacam que os movimentos não surgem espontaneamente. O que os gera são organizações de cidadãos, que atuam junto a bases sociais mobilizadas por problemas que decorrem de seus interesses cotidianos. Assim sendo, eles não existem *a priori*, tornam-se movimentos pelas ações práticas dos sujeitos.

Nessa perspectiva, faz-se necessário contextualizar o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para, num segundo momento, compreender sua relação com a economia moral.

Marcelo Alves (2005, p. 127 e 132) passou mais de dez anos acompanhando o MST. Ele nos traz a ideia de que, analogamente, podemos apreender o movimento social popular (aqui especificamente o MST) como um jardim em que seu princípio antecede sua existência e seu fim não está proposto em sua história, pois há sempre novas combinações de plantas e flores no tempo presente. Dessa forma, o movimento social pode ser compreendido como a manifestação de um processo de recriação e reinvenção constante de sua base social. Além disso, no caminhar do MST, esse movimento se constrói em práticas e ações que buscam imprimir uma identidade coletiva aos trabalhadores, podendo ser considerado um *Ser Social* em Movimento.

Segundo Fernandes (2000, p. 47), foi entre 1979 e 1984 que ocorreu o processo de gestação do MST, onde se reuniu e articulou as primeiras experiências de ocupações de terra dessa nova organização. No ano de 1979, em plena ditadura militar brasileira, 110 famílias ocuparam a Gleba Macali, no município de Ronda Alta (RS). Foi essa ocupação que deu início ao processo de formação do MST. Porém, essa não era apenas uma nova área de conflitos no campo: as terras da Macali eram remanescentes das lutas travadas por camponeses na década de 1960 quando o MASTER organizava os posseiros na região. Sendo assim, a luta pela conquista destas terras estava registrada na memória dos camponeses.

A ocupação da Gleba Macali foi realizada na noite do dia 6 e madrugada do dia 7 de setembro. Caminhões transportaram 110 famílias de colonos sem-terra que entraram pela Gleba Brilhante e acamparam na Gleba Macali. Esses colonos formaram o acampamento Encruzilhada Natalino. A resistência camponesa na cidade de Ronda Alta animou muitas lutas camponesas e foi estimulada por várias outras que serviram como referência para o avanço de sua organização (FERNANDES, 2000, p. 52, 53, 64 e 65).

A encruzilhada é o lugar onde se cruzam os caminhos. A luta que nasceu com o acampamento na Encruzilhada Natalino se opunha à política fundiária do governo. Era, também, um conflito entre o modelo econômico agropecuário implantado pelos militares, com a política de desenvolvimento para a agropecuária que os camponeses vêm construindo por meio de suas lutas. Aquela ação representava, igualmente, o momento e o lugar do cruzamento de dois projetos políticos para o campo brasileiro. Essa forma de luta significa a recusa dos camponeses à modernização conservadora (...) esse conflito tem um caráter histórico, porque a encruzilhada se tornaria o espaço político em que se encontram os sem-terra e os governos estadual e federal. E neste cruzamento de políticas opostas. Buscam soluções para os conflitos fundiários, desde a desapropriação da terra até as políticas de desenvolvimento da agricultura camponesa, como por exemplo: o crédito agrícola, a educação, o cooperativismo, etc. Todavia, ambos continuam seguindo caminhos políticos distintos. E neste sentido, a luta pela terra torna-se uma ação fundamental para fazer crescer a luta pela reforma agrária (FER-

NANDES, 2000, p. 54).

Em 1984, na cidade de Cascavel (PR), o MST foi fundado oficialmente durante seu Primeiro Encontro Nacional. Participaram desse encontro 92 pessoas, entre elas sem-terra, sindicalistas, agentes de pastoral e assessores dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e Roraima (FERNANDES, 2000, p. 79). Foi quando esboçaram os primeiros objetivos gerais do movimento:

1 – lutar pela reforma agrária; 2 – lutar por uma sociedade justa, fraterna e acabar com o capitalismo; 3 – integrar à categoria dos sem-terra: trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários etc; 4 – a terra para quem nela trabalha e dela precisa para viver (FERNANDES, 2000, p. 83).

O nome do movimento também foi escolhido nesse primeiro Encontro. Fernandes (2000, p. 88) aponta que a expressão sem-terra já era conhecida desde os anos 1960 e havia sido cunhada na história da luta camponesa no Brasil. Por esse motivo, durante as discussões sobre o nome da nova organização considerou-se a incorporação dos termos “movimento sem-terra”. Para contextualizar estas palavras numa perspectiva de classes, foi também introduzido os termos “trabalhador rural”. O nome Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi aprovado por unanimidade.

Observando um contexto histórico macro¹, é possível perceber que desde o final da Segunda Guerra Mundial o meio rural brasileiro passou por um processo de mecanização que acarretou na diminuição da mão de obra nos latifúndios. Esse processo resultou no aumento dos lucros das grandes lavouras e também na formação de um contingente de desempregados ou subempregados nas periferias das cidades: desempregados estes que vinham especialmente do campo (PRADO, 2010, p. 33).

Durante a ditadura militar brasileira o avanço do capitalismo no campo fez a miséria aumentar – na mesma medida aumentaram a acumulação e concentração de riquezas. Esse processo de modernização tecnológica transformou o campo e expropriou da terra os trabalhadores rurais. Por consequência, houve um crescimento do trabalho assalariado e também a produção de um novo personagem na luta pela terra e pela reforma agrária: o boia-fria (FERNANDES, 2000, p. 41).

Quando os governos militares reprimiram a luta pela terra e negaram a realização da reforma agrária o novo modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária estava apostando no fim do campesinato. Porém, o que surgiu disso foi um novo movimento camponês no Brasil. Dessa forma “o próprio capital, em seu desenvolvimento desigual e contraditório, cria, destrói e recria o campesinato. É por essa lógica que podemos compreender a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” (FERNANDES, 2000, p. 46, 47). Para Almeida e Sánchez (1998, p. 82) os sem-terra representam um dos frutos mais característicos do processo de modernização conservadora no campo brasileiro. Esse processo é parte do desenvolvimento de relações capitalistas que assimilam a revolução burguesa de modo passivo. Dessa forma, os sem-terra:

¹ Ao dizer que tratarei de um contexto “macro” considero o que disse Jacques Revel a respeito da mudança de escala: “a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos” (REVEL, 1998, p. 19-20).

Surgiram em meio à crise econômica ‘pós-Milagre Econômico’, consequência direta do surto industrial dos anos setenta (sob o governo da Ditadura), o MST se estruturou, inicialmente, a partir de pequenos núcleos de trabalhadores agrícolas do interior do Rio Grande do Sul, e logo em seguida no Paraná, jogados às fileiras do desemprego devido à grande mecanização estabelecida no campo nestes estados. Assim, mesmo parecendo paradoxal, as experiências como classe do assentado podem ter nascido na cidade e não no campo, pois é na cidade que ele tem a noção do que é ser e depender do proletário e dos donos dos meios de produção, tendo assim uma ideia, mesmo que genérica, de classe. E isso se confirma com sua volta ao campo em forma de movimento social, retornando para ser dono de seu pedaço de terra, e não empregado (PRADO, 2010, p. 34).

Comparato (2001, p. 106) aponta, de modo muito pertinente, que o MST não foi o primeiro movimento de luta pela terra no Brasil. Contudo, os movimentos camponeses que nasceram anteriormente permaneceram limitados na região em que surgiram. Sendo assim, o MST constituiu um ator político novo, mesmo que nenhuma de suas áreas ou características organizativas sejam originais. A novidade do movimento está na sua articulação – feita a partir de táticas já conhecidas – e também na sua habilidade política de fazer aliados em vários segmentos da sociedade civil.

Segundo Alex Jesus (2011, p. 13) o MST segue com ocupações em 26 das 27 unidades da federação brasileira. Esse movimento conseguiu organizar mais de 400 associações e cooperativas que produzem alimentos a preços baixos e os disponibilizam nas cidades. Construiu cerca de 2.000 escolas públicas em assentamentos e acampamentos que foram responsáveis por alfabetizar mais de 160 mil crianças e mais de 50 mil adultos nos últimos anos. Também manteve mais de 100 cursos de graduação em parceria com universidades de todo o Brasil. Foi através da luta do MST que 350 mil famílias conquistaram a terra, fazendo com que ela cumpra sua função social.

Esses dados demonstram a magnitude do movimento aqui estudado. Em um país de dimensões continentais, o MST conseguiu ampliar sua área de atuação e se fazer presente nas mais diferentes regiões do território. Por esse motivo, compreendê-lo ajuda a apreender uma parte do dinamismo social no meio rural brasileiro. Porém, antes de considerar o MST apenas como uma resposta à modernização no campo, busca-se aqui demonstrar a importância da economia moral enquanto aspecto organizativo e enquanto forma de resistência.

A economia moral nas obras de Thompson

Thompson afirma que talvez a expressão “economia moral” é do final do século XVIII. Por esse motivo não se vê no direito de patentear o termo. De uma maneira geral a economia moral é utilizada quando pesquisadores descrevem relações “econômicas” que são reguladas segundo normas não monetárias nas comunidades. Normas estas que existem como costumes e usos até serem ameaçadas pelas racionalizações monetárias e adquirirem uma autoconsciência de ser uma “economia moral”. Sendo assim, a economia moral é uma resistência à economia do “livre mercado” que surge quando o capitalismo afronta as normas de uma comunidade criando um antagonista moral (THOMPSON, 1998, p. 258). Segundo Schenato:

Ao visualizar os trabalhadores pobres enquanto agentes históricos, Thompson (1998) demonstra que não eram sujeitos que reagiam passivamente aos estímulos econômicos, mas pessoas que interviam ativamente com respaldo nos costumes, na cultura e na razão. Não era

o homem econômico que empreendia tais revoltas, mas pessoas envolvidas num tecido de normas e reciprocidades sociais que eram acionadas para coibir o lucro em cima da miséria de tantos. Existindo um consenso popular em torno de práticas legítimas e ilegítimas, colocava-se em prática uma economia moral com base na tradição, normas e obrigações sociais das funções econômicas. O desrespeito dos pressupostos morais gerava indignação e motivava as ações diretas. (SCHENATO, 2010, p. 2).

Didier Fassin (2019, p. 28, 29) aponta que a originalidade da proposta de Thompson está em introduzir uma dimensão moral na leitura marxista da história econômica e social das classes trabalhadoras. Dessa forma, graças aos trabalhos desenvolvidos por Thompson, os pobres passaram a ser vistos como dotados de qualidades lógicas que os guiam na avaliação do que é bom e certo e também daquilo que os guiam para agir no mundo e realizar seus protestos. Sendo assim:

A economia moral é também um sistema de normas e obrigações. Dirige julgamentos e atos, distingue o que é feito e o que não é feito. Mais que regras econômicas, são princípios de vida boa, justiça, dignidade, respeito, em soma de reconhecimento (...) A economia é, portanto, moral na medida em que se baseia na legitimidade tradicional. É esse senso compartilhado, dentro da comunidade de pertencer, do que deve ser feito para reunir os camponeses ou os trabalhadores no mesmo destino, até a revolta. (FASSIN, 2019, p. 33).

Buscando compreender os “motins da fome” na Inglaterra do século XVIII Thompson nos apresenta Rostow, o decano da escola espasmódica, que realizou um “mapa da tensão social”. Segundo esse autor bastava reunir um índice elevado de desemprego com preços elevados de alimentos para poder mapear um percurso da perturbação social. No entanto, Thompson discorda dessa interpretação, pois nem todos os lugares onde houve fome houve também motins e rebeliões (THOMPSON, 1998, p. 150, 151).

A objeção é que esse diagrama, se empregado de forma pouco inteligente, pode nos levar a concluir a investigação exatamente no ponto em que adquire interesse cultural ou sociológico sério: estando com fome (...), o que é que as pessoas fazem? Como o seu comportamento é modificado pelo costume, pela cultura e pela razão? E (tendo admitido que o estímulo primário da ‘desgraça’ está presente) o seu comportamento não contribuiu para alguma função mais complexa? Função essa que, mediada pela cultura, por mais cozida que seja no fogo da análise estatística, não pode ser reduzida ao estímulo novamente (THOMPSON, 1998, p. 151).

Contrariando a escola espasmódica Thompson indica que podemos detectar, em quase toda a ação popular do século XVIII, uma noção legitimadora. Ou seja, que os homens e mulheres da multidão possuíam uma crença na defesa de direitos e costumes tradicionais, com um consenso amplo dentro de suas comunidades. Ainda assim, não nega que o aumento dos preços de grãos era um fator importante para o surgimento de motins (THOMPSON, 1998, p. 152).

É certamente verdade que os motins eram provocados pelo aumento dos preços, por maus procedimentos dos comerciantes ou pela fome. Mas essas queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado, dos moleiros, dos que faziam pão etc. Isso, por sua vez, tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres. O desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era o motivo habitual para a ação direta (THOMPSON, 1998,

p. 152).

Para Thompson (1998, p. 161), a nova economia política, expressa na figura de Adam Smith, trouxe consigo uma desmoralização da teoria do comércio e do consumo – ela foi limpa de imperativos morais “inoportunos”, onde a organização política moral do mercado não encontrava espaço a não ser como preâmbulo e epílogo. Esse novo modelo se baseava na crença de que a oferta e demanda no livre mercado maximizaria a satisfação de todos os grupos e conseguiria promover um “bem comum”. Dessa forma, o mercado era regulado de maneira correta quando deixavam que se regulasse por si mesmo. Lechat (2001, p. 21) assinala que “os estudos de economia moral têm em comum o fato de se contraporem, explícita ou implicitamente, à economia política liberal proposta no século 18 por Adam Smith e pelos utilitaristas”.

Edward Thompson (1998, p. 162, 163) argumenta que o modelo de uma economia natural, que é capaz de autorregular-se, que visa o bem de todos, é um modelo supersticioso – ainda assim uma superstição que alguns historiadores econômicos têm sido os últimos a abandonar. Observando a economia moral da multidão inglesa, no tocante aos motins pelo preço de cereais, podemos perceber que os preços dos grãos não podem ser explicados por um mecanismo simples de oferta e procura.

Para esse autor ainda existem positivistas ineducáveis que além de discordar dos resultados dos historiadores sociais desejam também desautorizar suas perguntas. Esses positivistas acreditam que apenas um conjunto de explicações econômicas sobre os motins da fome são importantes e que suas perguntas são as únicas realmente apropriadas. Quando Thompson descreve os motins de 1795, em *A formação da classe operária inglesa*, ele nos propõe pensar que esses motins eram uma última tentativa desesperada de impor uma antiga economia moral paternalista, que se opunha ao livre mercado (THOMPSON, 1998, p. 205 e 257).

Em resumo, pode-se compreender a economia moral – esse conceito desenvolvido por Thompson – como a produção, distribuição, circulação e uso de sentimentos morais, emoções, normas e obrigações dentro de determinados espaços sociais (FASSIN, 2019, p. 42. 43). Segundo Neves (1998, p. 41), em um momento em que toda a historiografia se voltava para a “economia de mercado” Thompson enxergava pela via popular uma resistência continuada que questionava a distribuição das riquezas. É em confronto com a “economia de mercado” que podemos assimilar uma outra concepção a respeito da finalidade das riquezas: a “economia moral”.

O campesinato e a economia moral

Considerando todos os pontos levantados a respeito do que seria uma economia moral ainda restam dúvidas: esse termo pode ser empregado para refletir sobre as comunidades campesinas? Se sim, como é possível adaptar um termo utilizado por Thompson para conjecturar a respeito dos motins realizados por trabalhadores urbanos? Para tentar responder esses questionamentos buscar-se-á construir uma argumentação teórica a respeito do uso da economia moral em trabalhos sobre o campesinato.

Edward Thompson (1998, p. 205 e 259) aponta que os resultados da economia moral não podem ser transpostos para qualquer “mercado camponês”. Ainda assim, tece vários elogios à James Scott que escreveu o livro *The moral economy of the peasant*. De acordo com Thompson, o termo economia moral empregado por Scott é tirado de seu ensaio e

aplicado às concepções camponesas de justiça social, reciprocidade, direitos e obrigações. Mas Scott descreve mais do que “valores” ou “atitudes morais”. Considerando que para os camponeses a subsistência depende do acesso à terra são os costumes relativos ao uso da mesma e o direito de acesso aos seus produtos que está no centro da análise. Dessa forma o costume é visto como algo que perpetua imperativos de subsistência e que protegem a comunidade contra riscos.

Karl Monsma (2000, p. 2) aponta que o livro de Scott fez parte de uma onda de pesquisas sobre a política camponesa, nas ciências sociais dos Estados Unidos, que havia sido estimulada pela Guerra do Vietnã. Segundo Scott (2002, p. 10): “é por demais evidente que a incomum atenção para com as insurreições camponesas de larga escala foi, pelo menos nos Estados Unidos, estimulada pela guerra do Vietnã e por algo como um namorico da esquerda universitária com as guerras de libertação nacionais”. Monsma (2000, p. 1) destaca também que no livro *The moral economy of the peasant* Scott enfatiza o conhecimento, os entendimentos e as práticas locais enraizadas no espaço e no tempo da sociedade camponesa do Vietnã e assinala que boa parte da tarefa do cientista social que estuda o mundo rural é apreender e traduzir para o discurso científico aquilo que os camponeses já sabem.

Segundo Schenato (2010, p. 1), James Scott elabora uma economia moral com um sentido mais amplo do que aquele proposto por Thompson e leva em conta a ética de subsistência e um senso de justiça que permeia as relações recíprocas na comunidade camponesa. Dessa forma, o conhecimento profundo da economia moral local permite aos camponeses criarem estratégias de resistência que são testadas nos seus cotidianos e nas suas relações de poder.

A noção ampliada da economia moral inclui: as reciprocidades e trocas comunitárias, obrigações mútuas, laços de dependência, deveres e direitos sociais, ética de subsistência, direito de viver, senso de justiça são alguns dos elementos que compõem a economia moral de Scott, bem como seus desdobramentos nas relações de poder no cotidiano vivido, em que os camponeses encontram estratégias de resistência à dominação, manejando essa economia moral na tentativa de defender seus interesses. (SCHENATO, 2010, p. 4, 5).

Marilda Aparecida Menezes (2019, p. 226, 227) explica que Scott desenvolveu o conceito de economia moral com o objetivo de compreender a racionalidade econômica, social e cultural dos camponeses, bem como o seu comportamento político. Dessa forma, a economia moral do campesinato se apresenta como uma economia e sociologia da ética da subsistência, que se fundamenta em três noções: 1) *safety-first* (segurança primeiro); 2) justiça permeada por uma rede de reciprocidade; 3) *right to subsistence* (a subsistência como uma reivindicação moral). A autora aponta ainda que a noção de *safety-first* não significa que os camponeses não adotem riscos, apenas que eles tentarão diminuí-los sempre que possível. Segundo o próprio Scott:

A ideia básica sobre a qual meu argumento se baseia é ao mesmo tempo simples e, acredito, poderosa. Surge do dilema econômico central da maioria das famílias camponesas. Vivendo perto da margem de subsistência e sujeita aos caprichos do clima e às reivindicações de forasteiros, a família camponesa tem pouco espaço para o cálculo de maximização de lucro da economia neoclássica tradicional. Normalmente, o cultivador camponês procura evitar o fracasso que o arruinará, em vez de tentar uma grande, mas arriscada, matança. Na linguagem da tomada de decisões, seu comportamento é avesso ao risco: ele minimiza a probabilidade

subjetiva da perda máxima (SCOTT, 1976, p. 4, tradução própria)².

Bernardo Mançano Fernandes (2000, p. 45), mesmo sem avaliar as questões que se referem especificamente à economia moral, aponta que os posseiros lutam para garantir a terra como condição de sua existência. A seu favor possuem resistência e persistência, determinadas por uma lógica da sobrevivência: poderíamos então pensar em uma *right to subsistence*.

Para Freitas e Botelho (2011, p. 46 e 50) a economia camponesa se configura como uma economia familiar destinada principalmente para a manutenção da família e não para a maximização dos meios de produção e inserção em grandes mercados. O lucro não é o fim principal de sua produção – ainda assim, esse fator não exclui a perspectiva de que se almeje o lucro. Por isso, pode-se considerar que dentro do campesinato existe um conjunto de normas sociais, obrigações morais e representações sobre direitos e costumes tradicionais que orientam a economia de diferentes grupos camponeses. Ao considerar o campesinato como ordem moral, sob novos olhares, a economia camponesa amplia suas dimensões constitutivas e passa a conceber a racionalidade econômica como fruto das interações sociais.

Para compreender dimensões não-econômicas da economia camponesa é preciso antes relativizar a própria noção de economia. Necessita-se de uma abordagem em que a economia seja vista enquanto parte constituinte das relações sociais, ou seja, deve-se ter uma visão diferenciada do conjunto de relações que permeia o tecido social, dando um caráter mais amplo à economia, para além de uma perspectiva neoclássica, em que a economia é vista como esfera autônoma da vida social (FREITAS; BOTELHO, 2011, p. 47).

Tratando sobre a economia moral no campesinato, Fassin (2019, p. 32) destaca que os camponeses, quando se rebelam contra os proprietários de terras, não o fazem apenas porque seus recursos são escassos, mas também porque padrões não foram respeitados e direitos não foram mantidos. Nesse sentido não podemos pensar apenas em uma economia onde o mercado impõe sua lei, precisamos atentar para a economia moral onde outras formas de troca são possíveis.

Considerando as noções de *safety-first*, justiça permeada por uma rede de reciprocidade e *right to subsistence* podemos relacionar com algumas questões já destacadas a respeito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A saber: quando os colonos se organizaram para ocupar a Gleba Macali podemos perceber uma preocupação com a segurança dos camponeses envolvidos – os acampamentos eram feitos nas beiras das estradas para que tivessem cobertura tanto da mídia quando de outras pessoas que por ali passassem; a rede de reciprocidades se fez necessária desde o primeiro momento em que se levantou o acampamento; ao mesmo tempo que esse acampamento representou uma busca por seus direitos de subsistência.

² Texto original: The basic idea upon which my argument rests is both simple and, I believe, powerful. It arises from the central economic dilemma of most peasant households. Living close to the subsistence margin and subject to the vagaries of weather and the claims of outsiders, the peasant household has little scope for the profit maximization calculus of traditional neoclassical economics. Typically, the peasant cultivator seeks to avoid the failure that will ruin him rather than attempting a big, but risky, killing. In decision making parlance his behavior is risk averse: he minimizes the subjective probability of the maximum loss.

O campesinato como ordem moral

Além da ideia de uma economia moral no campesinato o antropólogo, geógrafo e sociólogo Klass Woortmann nos propõe pensar no campesinato como uma ordem moral. Suas reflexões não partem de Thompson, como as feitas por Scott: pode ser por esse motivo que o termo “economia moral” não foi empregado. Ainda assim, Woortmann traz ponderações interessantes para este artigo.

No livro “*Com parente não se neguceia*”: *o campesinato como ordem moral* esse autor destaca que seu objetivo não é tratar o camponês apenas como um “pequeno produtor”, mas sim realizar uma interpretação subjetiva sobre esses agentes sociais. Nessa análise, Woortmann nos propõe pensar a terra não como um objeto de trabalho, mas como a expressão de uma moralidade, possuindo valorações éticas. A terra é vista então como o patrimônio da família – patrimônio ou dádiva de Deus – mas não uma simples coisa ou mercadoria (WOORTMANN, 1988, p. 12). Nesse sentido, ainda que o termo “economia moral” não seja utilizado por Woortmann seu trabalho se relaciona às ideias propostas por Thompson e Scott.

Segundo Woortmann (1988, p. 17) podemos pensar no apego à tradição como um meio de sobreviver à grandes transformações e manter-se como produtor familiar, mesmo que haja um processo geral de proletarização e empobrecimento no Brasil. Dessa forma a tradição não pode ser vista como o passado que sobrevive no presente, mas sim como o passado que, no presente, constrói as possibilidades de um futuro.

Freitas e Botelho (2011, p. 54) assinalam, de maneira bastante conexa, que esse autor pensa a economia camponesa como uma *oeconomia* e não como uma *economics*: ou seja, pensa uma economia como *oikos* (casa). Sendo assim, a economia camponesa é carregada de valores e ancorada na instituição da família. Isso não quer dizer que a economia camponesa não possa ser analisada sob o ponto de vista da produção e do consumo, mas que limitar a análise somente a isso é negar que existe uma moralidade que permeia essas sociedades. “Desta maneira, pode-se discutir a economia camponesa sob a perspectiva de que ela está imersa em uma ordem moral cujo significado repousa, principalmente, na interconexão das categorias terra e família”.

Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Por outro lado, essas categorias se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia. Pode-se opor esse tipo de sociedade às sociedades modernas, individualizadas e voltadas para o mercado; em outras palavras, pode-se opor uma ordem moral a uma ordem econômica (WOORTMANN, 1988, p. 23).

Deve-se observar então, mais uma vez, que a terra para o camponês não é um simples objeto de trabalho – ela representa também uma expressão da moralidade, não como fator de produção, mas como algo pensado no contexto de valorações éticas. Sendo assim, a terra para o camponês é parte de uma ordem moral que consubstancia a identidade da família e possui um valor próprio: o valor-terra (FREITAS; BOTELHO, 2011, p. 55).

(Re)pensando o MST

Muitos trabalhos foram escritos pensando no MST como uma resposta quase que

automática ao avanço capitalista no campo³. O que se pretende fazer aqui é diferente: busca-se repensar o MST considerando sua economia moral. A socióloga Marilda Aparecida Menezes (2019, p. 237) destaca que é possível, e também importante, relacionar o debate proposto por Scott às questões atuais do Brasil, considerando que este é um país com uma história agrária diversificada, que possui regiões com formações sociais no campo bastante diversas. Acredito que também é importante incorporar nesse debate as considerações de Thompson e Woortmann que foram descritas nos pontos anteriores deste artigo.

Antes de adentrar nas discussões propostas é necessária uma observação: para Azar (2017, p. 8), é impossível pensar em um campesinato homogêneo em escala mundial, visto que o capitalismo possui padrões enquanto o campesinato é diverso. Dessa forma, não espero que essa análise sobre a economia moral sirva para todos os grupos de camponeses, ela se limita a refletir apenas sobre o MST.

Segundo Anderson Prado (2010, p. 20 e 22) os movimentos sociais constituem um dos temas mais relevantes para a História Contemporânea e apresentam uma gama de abordagens e segmentos teóricos que permitem caracterizá-los e compreendê-los. No Brasil, nenhum movimento teve tanta repercussão como o MST. Por esse motivo, incluir o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em uma perspectiva da economia moral pode ajudar a compreender como esse movimento atua e se organiza.

Emília Godoi (1993, p. 59), ao escrever *O trabalho da memória: Um estudo antropológico de ocupação camponesa no sertão do Piauí*, diz ter suspeitas de que existe uma “economia moral” que orienta os direitos relativos à ocupação da terra. Por esse motivo não basta concluir que houve uma entrada do capitalismo no campo, mas sim perguntar: o que fazem os camponeses quando isso acontece? Como suas condutas em relação a terra são reorientados pelos costumes e pela cultura?

James C. Scott (1976, p. 166) aponta que é necessário compreender que o camponês nasce em uma sociedade e numa cultura que lhe fornece um fundo de valores morais, um conjunto de relações sociais, um padrão de expectativas e um senso de como a sua cultura procede de objetivos semelhantes no passado: essa noção de Scott irá permear toda a análise seguinte.

Menezes e Wolford (2005, p. 3) assinalam que a Constituição Federal protege, simultaneamente, o direito governamental de expropriar terras que não cumprem sua função social e assegura também a santidade da propriedade privada. Disso temos como resultado uma lei de terra institucionalmente fraca já que as reivindicações de propriedade original são difíceis de provar e contraditórias com a legislação existente nos níveis locais e regionais. Nesse contexto a interpretação do direito de acesso à terra são fundamentados, antes de tudo, por uma economia moral que estabelece um quadro normativo para propriedade e uso e não por uma convenção legal. Sobre a Constituição brasileira Prado destaca que:

As mesmas leis de terra que asseguraram o direito à propriedade acabaram por legitimar também sua função social, ou seja, o efeito social que a ‘não posse’ da terra teria, deu legitimidade para movimentos de luta pela terra. Faz-se pertinente citar o Artigo 5º - XXIII da nossa Constituição Federal de 1988: *É garantido o direito à propriedade; * A propriedade atenderá à sua função social; *A lei estabelecerá o procedimento para desapropriar-

³ A exemplo disso temos o livro *A formação do MST no Brasil*, de Bernardo Mançano Fernandes, publicado em 2000; e também o artigo “Um grão menos amargo das ironias da história: o MST e as lutas sociais contra o neoliberalismo”, de Lúcio Almeida e Félix Sánchez, publicado em 1998.

ção por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição. Assim sendo, muitos dos movimentos sociais aliam suas necessidades com a consciência de que podem lutar por menos privações sociais, para divergir e também exigir, tanto do poder público quando da sociedade, (que ainda ‘deita’ sobre o direito sagrado burguês, a propriedade privada) uma diminuição da desigualdade social (PRADO, 2010, p. 31).

Dessa forma, podemos perceber que a própria Constituição Federal de 1988 dá ao MST uma consciência de que podem lutar por menos privações sociais e exigir seus direitos frente a sociedade. Mas essa consciência entre os camponeses existia ainda antes de 1988 no Brasil, basta pensar na Revolta de Porecatu ou em Canudos. Considerando que o MST se diz herdeiro das lutas camponesas anteriores no Brasil, poderíamos pensar que essa luta por menores privações se configura como uma economia moral e também lembrar que, para Scott a subsistência se configura como uma reivindicação moral. Para Prado (2010, p. 22) o camponês “vê na terra um meio tanto de sobrevivência como de proteção à instabilidade da sociedade em que vive, fazendo da terra algo indispensável para sua existência”.

Fernandes (2000, p. 84) destaca que a participação de mulheres e crianças do MST no enfrentamento contra a polícia demonstra que a luta pela terra é uma luta de vida e de morte. Não há como travar essa luta baseada apenas em imperativos econômicos, ou *economics* nas palavras de Woortmann: é necessário que essa luta vise também uma *oeconomia*, uma preservação da casa e da família que cria um universo moral compartilhado, bem como uma noção comum do que é justo.

Entrelaçada no tecido do comportamento camponês, então, seja nas rotinas locais normais ou na violência de um levante, está a estrutura de um universo moral compartilhado, uma noção comum do que é justo. É essa herança moral que nas revoltas camponesas seleciona certos alvos e não outros, certas formas e não outros, e isso possibilita uma ação coletiva (embora raramente coordenada) nascida de indignação moral. Falar de raiva justa é, ao mesmo tempo, falar de padrões de justiça ou valores morais. Portanto, não estamos lidando meramente com uma teoria da renda camponesa ou uma teoria da "privação relativa" quando tratamos a ética de subsistência do camponês (SCOTT, 1976, p. 167, tradução própria)⁴.

Um aspecto importante da história do MST foi registrado por Eduardo Suplicy (2000, p. 13). Antes da ocupação na área de Macali o Padre Arnildo, na Paróquia de Ronda Alta no Rio Grande do Sul, fez uma leitura do livro do Êxodo para cerca de 50 pessoas que haviam pedido abrigo na igreja. Nessa leitura estavam as seguintes palavras: “eu vi a aflição do meu povo no Egito, e ouvi o seu clamor causado pela crueza daqueles que têm a superintendência das obras. E, conhecendo a sua dor, descí para o livrar das mãos dos egípcios, e para o conduzir daquela para uma terra boa e espaçosa, para uma terra onde corre o leite e o mel”. Foi a partir desse trecho da Bíblia que os trabalhadores perceberam semelhanças com sua história e resolveram participar de diversos acampamentos sem-terra que existiam na região a fim de construir uma forma de organização que os pos-

⁴ Texto original: Woven into the tissue of peasant behavior, then, whether in normal local routines or in the violence of an uprising, is the structure of a shared moral universe, a common notion of what is just. It is this moral heritage that in peasant revolts, selects certain targets rather than others, certain forms rather than other, and that makes possible a collective (though rarely coordinated) action born of moral outrage. To speak of righteous anger is, in the same breath, to speak of standards of justice, or moral values. Thus we are not dealing merely with a theory of peasant income or a theory of ‘relative deprivation’ when we treat the peasant’s subsistence ethic.

sibilitasse lutar pelos seus direitos. Quando os sem-terra ocuparam a área de Macali colocaram uma cruz no solo e nela uma bandeira do Brasil para simbolizar o sofrimento para obter a terra e também a sua luta para serem reconhecidos como cidadãos.

Esse aspecto levantado por Suplicy nos leva novamente a pensar a economia moral no MST. Durante toda a escrita desse artigo me perguntava em quais direitos comuns esses camponeses poderiam estar se apegando para configurar uma economia moral. Essas perguntas surgiram porque, no Brasil, os trabalhadores rurais nunca tiveram acesso à terra, apenas lutaram pela entrada e permanência na mesma⁵. Não parecia haver um passado “paternalista” ou de bonança no qual se apegar. Porém, considerando essa identificação com o trecho de Êxodo, podemos voltar a refletir sobre uma economia moral do MST, considerando que esse movimento encontrou nas palavras do cristianismo um passado justo ao qual pretendem retornar para construir um futuro próspero.

Segundo Almeida e Sánchez (1998, p. 86) existe um grande debate, tanto nos setores de esquerda quando nos de direita, acerca da natureza e do alcance das propostas do MST. Alguns defendem que a realização da reforma agrária em um mundo globalizado representa um arcaísmo do ponto de vista econômico e social. Já outros argumentam que, mesmo sendo uma proposta economicamente inadequada, ela se justifica pelos efeitos imediatos em elevar o padrão de vida de milhões de famintos. Dessa forma, a luta pela reforma agrária pode se apresentar como um meio, e talvez o único existente, para a conquista da cidadania por milhões de “excluídos”. Com base nas discussões sobre economia moral, penso que seria interessante não tratar a reforma agrária como arcaísmo ou como proposta economicamente inadequada, mas sim como uma defesa dos direitos tradicionais dos trabalhadores rurais – direitos estes que podem ser ancorados na Bíblia.

Como já dito anteriormente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se diz herdeiro das lutas camponesas anteriores no Brasil. Para Jesus (2011, p. 13) o MST se considera um herdeiro natural das Ligas Camponesas. Em seu artigo “Luta pela terra e territorialidade camponesa” observa-se que, entre 1976 e 1978, João Pedro Stédile (membro da Coordenação Nacional do MST) ganhou uma bolsa de estudos no México, onde vivia o ex-líder das Ligas – Francisco Julião. Nesse período os dois se encontraram diversas vezes e conversaram sobre a reforma agrária no Brasil. Por esse motivo o MST continua até hoje com as bandeiras iniciadas com as Ligas Camponesas.

O MST foi buscar a ponta do novelo que ficou perdida desde o aniquilamento das Ligas Camponesas pelos militares em 1964. Podemos dizer que a história das Ligas tem sua continuidade no MST. Por quê? Essencialmente porque elas, tal como o MST, constituíam um movimento independente, nascido no próprio interior das lutas que se travavam pela terra. Mas principalmente porque defendiam uma reforma agrária, para acabar com o monopólio da terra pela classe dominante (MORISSAWA, 2001, p. 120).

Se pensarmos nessa característica da permanência das bandeiras das Ligas Camponesas podemos encontrar outro período onde as noções de direitos comuns se configuraram dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esses direitos comuns são a base do que forma a economia moral do MST.

Outra característica importante do MST é a divisão do trabalho em todas as suas

⁵ Considero aqui o que diz Guimarães (2009, p. 48): Se compararmos o Brasil com a Europa, onde a propriedade fundiária se desenvolveu sobre as ruínas da pequena propriedade camponesa, vemos que aqui a propriedade latifundiária foi implantada primeiro e a pequena propriedade surge somente tempos depois, quando o sistema latifundiário começou a se decompor.

dimensões: uma condição que é fundamental para sua organização. Com esse princípio o movimento propicia uma descentralização administrativa. A discussão sobre o desenvolvimento da cooperação agrícola surgiu tanto de uma perspectiva econômica quanto como política de resistência: isolados eram presas fáceis, mas organizados conseguiam se fortalecer e permanecer na terra (FERNANDES, 2000, p. 86 e 178). Nesse sentido podemos pensar na noção de reciprocidade proposta por Scott e observar, mais uma vez, uma aproximação entre a história do MST e a economia moral.

Por fim, gostaria de destacar nesse ponto uma fala de Stédile. Segundo ele, em entrevista concedida para Fernandes, a imprensa mente quando diz que o MST quer substituir o Estado. Ao contrário disso, é possível perceber que as instituições públicas precisavam realizar a reforma agrária demandada pelo movimento e nisso o Estado é o agente principal (STÉDILE; FERNANDES, 2005, p. 121). Essa noção se relaciona com o que Scott propõe em *The Moral Economy of the Peasant* a respeito dos objetivos centrais dos camponeses, que pegam em armas com menos frequência para destruir elites do que para fazer com que cumpram com suas obrigações morais.

Os objetivos centrais previstos pelos camponeses são frequentemente limitados - mesmo que os meios empregados possam ser ilimitados. Eles pegam em armas com menos frequência para destruir elites do que para obrigá-los a cumprir suas obrigações morais (...) Independentemente da forma particular que assume, a violência coletiva camponesa é estruturada por uma visão moral, derivada da experiência e tradição, de obrigações mútuas das classes na sociedade (SCOTT, 1976, p. 192, tradução própria)⁶.

Considerações finais

Este texto buscou apresentar uma reflexão a respeito da economia moral do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Estando ancorado em um conceito específico, faz-se necessário compreender que nenhum termo deve deixar ser utilizado apenas por representar alguns aspectos da realidade. Shanin (2005, p. 17) aponta que todo conceito é seletivo, possuindo suas limitações, e que exigir demais de nossos conceitos pode acarretar em mais problemas do que soluções. Sendo assim, este artigo limitou-se a fazer uma pequena incursão sobre o que seria a economia moral do MST.

A partir das discussões propostas foi possível perceber que as ocupações de terras realizadas por esse movimento estão fundamentadas em direitos e costumes tradicionais. Que sua economia pode ser compreendida como uma *oeconomia*, buscando a preservação da casa, da terra e da família. Além disso, que as três noções fundamentais que definem a economia moral do campesinato, propostas por Scott, estão presentes em toda a organização do MST.

Entretanto, sendo um *ser social em movimento*, o MST pode vir a se modificar, traçar novas estratégias de resistência, ampliar sua multiplicidade organizativa e, a cada novo passo, será necessário retomar as discussões sobre a economia moral presente no movimento. Por hora, retomando a epígrafe de Thompson que abriu a introdução deste artigo, “será interessante ver como isso vai continuar” (THOMPSON, 1998, p. 266).

⁶ Texto original: The central goals envisioned by peasants are often limited – even if the means employed may be unlimited. They take up arms less often to destroy elites than to compel them to meet their moral obligations (...) Regardless of the particular form it takes, collective peasant violence is structured in part by a moral vision, derived from experience and tradition, of the mutual obligations of classes in Society.

Referências

- ALMEIDA, Lúcio Flávio de; SÁNCHEZ, Félix Ruiz. Um grão menos amargo das ironias da história: o MST e as lutas sociais contra o neoliberalismo. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 5, p. 77-91, 1998.
- ALVES, Marcelo João. A condição do espaço MST no movimento da sociedade burguesa. 2005. Mestrado em Geografia – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- AZAR, Zaira Sabry. Campesinato e questão agrária no Brasil: um debate teórico-político. Anais da VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís, 2017, p. 1-12.
- COMPARATO, Bruno Konder. A ação política do MST. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, vol. 15, n. 4, p. 105-118, 2001.
- FASSIN, Didier. As economias morais revisitadas. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, João Pessoa, vol. 18, n. 53, p. 27-54, 2019.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Izabel Vieira. “Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa. *Revista NERA*, Presidente Prudente, n. 19, p. 44-58, 2011.
- GODOI, Emília. O trabalho da memória: Um estudo antropológico de ocupação camponesa no sertão do Piauí. 1993. Mestrado em Antropologia – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. Formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros. In: WELCH, Clifford Andrew et al (orgs.). *Camponeses brasileiros. vol 1. Leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- JESUS, Alex Dias de. Das Ligas ao MST: Luta pela terra e territorialidade camponesa. *Revista Geográfica de América Central*, Costa Rica, número especial EGAL, p. 1-14, 2011.
- LECHAT, Noëlle. Economia moral um conceito bom para pensar a economia solidária? *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, vol. 37, p. 59-102, 2001.
- MENEZES, Marilda Aparecida de. Economia moral em James Scott e as perspectivas de seus críticos. *Revista Raízes*, Campina Grande, vol. 39, n. 2, p. 225-240, 2019.
- MENEZES, Marilda Aparecida; WOLFORD, Wendy. A economia moral em movimento: Relações sociais e a produção de cana em Pernambuco. Anais do XXIX Encontro Anual da ANPOCS. XXIX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2005, p. 1-29.
- MERRILL, Michael. A transformação maior: E. P. Thompson, Economia moral, Capitalismo. *História e Perspectivas*, Uberlândia, vol. 1, p. 313-330, 2014.
- MONSMA, Karl. James C. Scott e resistência cotidiana: uma avaliação crítica. *Boletim Bibliográfico*, Rio de Janeiro, n. 49, p. 95-121, 2000.
- MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- NEVES, Frederico de Castro. Economia moral versus moral econômica (ou: o que é economicamente correto para os pobres?). *Projeto História*, São Paulo, vol. 1, n. 16, p. 39-58, 1998.
- PRADO, Anderson. O assentamento Ernesto Che Guevara: Trajetórias de vidas e luta pela terra no Paraná. 2010. Mestrado em História – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo.
- REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- SCHENATO, Vilson Cesar. Economia moral e resistências cotidianas no campesinato: uma

leitura a partir de E.P Thompson e James Scott. Anais da Semana de Humanidade do CCHLA. Semana de Humanidade do CCHLA, Natal, 2010, p. 1-11.

SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande, vol. 21, n. 1, p. 10-31, 2002.

SCOTT, James. *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and subsistence in southeast Asia*. United States of America: Yale University, 1976.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista NERA*, Presidente Prudente, n. 7, p. 1-21, 2005.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Prefácio. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

THOMPSON, Edward. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WOORTMANN, Klass. "Com parente não se neguceia". *O campesinato como ordem moral*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

Recebido: 14/08/2021

Aceito: 07/12/2021